



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 45

Sessão Ordinária de Abril

4.ª Reunião de 14-05-2003

Aos catorze dias do mês de Maio de dois mil e três, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, António Fernando Ribeiro Martins, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Manuel Teixeira Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, João Carlos Martins Valente, Firmino Marques Ferreira, Fernando Vieira Ferreira, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e Diamantino Laranjeira Simões Jorge.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Miguel Ângelo Leite Diniz Vieira, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Rui Manuel Pereira Costa, Victor Manuel da Silva Martins, Vítor Manuel Santos Marques, António dos Santos Costa, António Manuel dos Santos Salavessa e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Lusitana Maria Geraldês da Fonseca, Marília Fernanda Correia Martins, Ângelo Pereira Pires (saiu da sala às 22:30 horas), Joaquim Manuel Silva Marques (saiu da sala às 22:30 horas), Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno (Deu entrada na sala às 21:45) e Manuel Fernando Ferreira Rodrigues (entrou na sala às 22:30).

Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, da substituição nesta reunião, do Vogal Jaime Simões Borges por Paulo Jorge Teixeira de Jesus; e da Vogal Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga por António Fernando Ribeiro Martins, em virtude do cidadão subsequente na lista não poder estar presente.

Ainda nos termos da legislação em vigor, informou que os Presidentes das Juntas de Freguesia, Manuel Júlio Braga Alves e Armando Manuel Dinis Vieira, fizeram-se

substituir, nesta reunião, por Fernando Manuel Teixeira Alves e Firmino Marques Ferreira, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Vogal Manuel António Coimbra, para apresentar um voto de congratulação do seguinte teor:

«Voto de Congratulação – A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida no dia 14 de Maio de 2003 congratula-se com a nomeação do Padre João Gonçalves, Prior da Paróquia de Nossa Senhora da Glória, pela Conferência Episcopal Portuguesa, como Coordenador Nacional da Pastoral dos Reclusos.

O reconhecimento a nível nacional do trabalho social do Padre João Gonçalves é fruto do seu empenho na criação de grupos, estruturas e dinâmicas de apoio aos excluídos, na cidade de Aveiro, com vista à sua reintegração social. Com o presente voto de congratulação, a Assembleia Municipal de Aveiro espera dar o seu contributo para que o trabalho social do Padre João Gonçalves possa ter a visibilidade merecida e tenha um envolvimento real e profícuo de toda a comunidade.»

Não se verificando intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação o voto de congratulação apresentado, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

PONTO 3. – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTA DO ANO 2002.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 03/04/2003, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

O Presidente da Câmara cedeu a palavra ao Eng.º Canas, Administrador Delegado dos Serviços Municipalizados, para fazer uma breve apresentação do assunto em epígrafe, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

(Entraram na sala os Vogais António Ildebrando Nunes Costeira e Maria Isabel Almeida Velada).

Membros da Assembleia:

Presidente da Mesa

Vogal Raúl Martins (PS)

A

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal António Granjeira (CDS/PP)

Vogal Teresa Fidélis (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Antes de mais eu gostaria de felicitar o Senhor Director Delegado, na pessoa do Eng.º António Canas – por quem tenho particular admiração (aliás, muitos não sabem aqui, mas eu cheguei a ser de alguma forma aluno do Eng.º Canas, no meu tempo de jovem estudante universitária), e queria felicitá-lo pelo excelente trabalho que tem desenvolvido nos Serviços Municipalizados de Aveiro.

Este Serviços, a sua orgânica, a organização e o contributo que têm dado para a qualidade de vida e do ambiente do município, no que respeita ao saneamento básico e aos transportes públicos, tem de facto sido digno de referência. E tem sido digno de referência, também, o facto da sua actuação não se limitar ao nível local e à intervenção na área municipal, mas revelar também uma frequente participação em congressos

nacionais e internacionais, onde partilha conhecimentos e experiências, trazendo novas ideias e tecnologias e divulgando Aveiro e a sua actividade neste domínio.

Tenho pena que neste Relatório, que espelha a qualidade do trabalho, não tenha realçado o papel de cartão de visita que os Serviços Municipalizados de Aveiro têm desempenhado relativamente à actividade que desenvolvem. E, nomeadamente, que têm feito Aveiro destacar-se no domínio do saneamento básico e dos transportes, perante outras cidades não só nacionais, mas também internacionais. Tenho pena que este tipo de relatórios de facto não mostre este tipo de aspectos — questão que eu referi já também relativamente ao Relatório da Câmara.

A questão que eu gostaria de colocar é uma, e é muito simples julgo eu. Normalmente estes documentos, que são de facto documentos, são Relatórios de Actividades e de Gestão, não deixam claro e eu penso que é importante deixar o tipo de colaboração que existe entre os Serviços Municipalizados e os Serviços de Planeamento e Desenvolvimento Territorial da Câmara Municipal. Nomeadamente nos processos de desenho de planos de pormenor e de urbanização. E gostava que o Senhor Engenheiro Canas, partilhasse um pouco com esta Assembleia, de que forma é que os Serviços Municipalizados de Aveiro, são chamados a expressar o seu conhecimento no âmbito do processo de planeamento, relativamente a propostas de expansão urbana, densidade populacional, etc.? Relativamente às eventuais consequências sobre a capacidade das infra-estruturas de saneamento básico e transportes que existem; há viabilidade ou dificuldade da sua ampliação quando há novas propostas de expansão urbana? E aos impactos ou custos envolvidos na expansão destas infra-estruturas? Portanto, esta era uma preocupação que eu gostaria de ver ser desenvolvida pelo Senhor Eng.º Canas.

E há uma outra questão que o meu colega Dr. Raúl Martins já referiu, que é: até que ponto é que existe uma reflexão sobre o porquê da diminuição da utilização por parte dos municípios dos transportes públicos? Sobretudo numa fase em que cada vez mais temos que reduzir a utilização do automóvel individual; reduzir o consumo energético. Portugal é um dos países que revela consumos de energia “per capita” elevadíssimos — mais elevados da Europa provavelmente! E o que é que nós estamos a fazer neste sentido para pensar e reflectir? E o que é que podemos fazer para inverter estas tendências?”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: **B**

“Eu começaria em primeiro lugar e porque se impõe — corroborando, aliás, tudo o que já foi dito por membros de outras bancadas, e por colegas meus de bancada, por enaltecer, louvar, ressaltar até, o trabalho do Eng.º Canas, como Director Delegado dos Serviços Municipalizados de Aveiro. É um trabalho que já vem de há 12 anos — desde 1991, e é um trabalho, como disse e bem o Dr. Raúl Martins - «produziu os seus frutos!» Claramente, produziu os seus frutos. Recordo-me até de uma intervenção do Dr. Raúl Martins em 1997 — o ano mítico, em que dizia que «estamos claramente a melhorar em termos de relatório, em termos de documentos de gestão, em termos de documentos que suportam a análise à gestão» e que se esperava que «se não parasse por aí!» Não parou! Também por isso: parabéns aos Serviços Municipalizados. E permita-me Engenheiro Canas, que na sua pessoa, porque o bom chefe é aquele que está ausente na hora dos louvores e que está presente na hora de assumir as responsabilidades, que na sua pessoa, felicite toda a equipa que o acompanha. É justo que o faça. Coordenada e liderada efectivamente por si, mas é justo que se estenda este voto à equipa que consigo trabalhou, por si coordenada, e que levaram, digamos, a este quase estado de excelência na gestão. E eu diria excelência na gestão, não atendendo aos números, mas excelência

na gestão pelo que fizeram pelos Serviços Municipalizados de Aveiro, tendo o que tinham — que era muito pouco.

Em 1997 também, dizia o Dr. Raúl Martins: «acontece como sempre tem acontecido, nestes últimos 4 anos» – portanto, retirem 4 anos ao ano mítico – e já vinha de trás, portanto «retirem uma série de anos ao ano mítico, os Serviços Municipalizados são o elo fraco da distribuição das verbas municipais, isto é, não havia dinheiro; não se transferiram as verbas para os Serviços Municipalizados – com todas as consequências negativas que isso trás. Espero que este ano, com uma gestão insuficiente dos dinheiros municipais feitos pela Câmara (já então socialista), se consiga diminuir essa pexa e transferir efectivamente dinheiro para os Serviços Municipalizados que bem precisam.» «Não foram só os dinheiros», dizia na altura o Dr. Raúl Martins, vejam lá; «não foram só os dinheiros referentes a despesas de capital, portando, transferências de capital. Foram também nomeadamente os subsídios dos apoios comunitários recebidos que a Câmara “empochou”, mas não transferiu» - Raúl Martins “dixit”, em 1997!

E nada melhor do que este excerto de uma acta, já tão antiga, para iniciar a análise deste documento e de todos os outros até 1998. Nada melhor porquê? Eu pedia-vos que retivessem alguns números: aumento do passivo a curto prazo em 547% desde 1999; aumento do passivo a curto prazo em 717% desde que o Dr. Alberto Souto de Miranda é Presidente da Câmara — e a bancada do Partido Socialista deixou de ser uma bancada da oposição e passou a ser uma bancada da situação. Ou como já aqui chamei (perdoem-me a liberdade, mas estamos entre amigos), “a bancada de braço no ar”. E portanto, desde 1997, altura em que o Dr. Alberto Souto ganhou as eleições e que portanto assumiu a gestão do município, aumentámos o passivo. O passivo a curto prazo, de um milhão quatrocentos e setenta mil euros, para dez milhões quinhentos e cinquenta e seis mil euros!? Este é um dos resultados da política de gestão financeira da Câmara Municipal de Aveiro. Como consequência disto – como é lógico e linear, aumentou a dívida a fornecedores (de curto prazo), de um milhão, quatrocentos e oito mil, para nove milhões cento e quarenta e sete mil euros. Isto é indesmentível!? Não estou enganado, isto é indesmentível. Está nos Relatórios, são números, confirma-los-á quem quiser.

Eu reportava-me a este Relatório de 2002. Diz-se na página 81, a propósito da situação financeira; para além de se começar por dizer que «os Serviços estão a sentir uma pressão no equilíbrio financeiro», diz-se: «a diminuição de todos os rácios por contraposição com o ano anterior reflecte bem as dificuldades económicas do exercício. O fundo de maneiio tem uma evolução significativamente negativa. O indicador de liquidez tem uma evolução desfavorável. Os rácios de endividamento, de solvabilidade e autonomia financeira, estão a agravar-se preocupantemente; a capacidade de solver os compromissos está a agravar-se de forma preocupante; o activo circulante continua sem margem para fazer face à dívida de curto prazo; o “cash-flow” e os meios libertos tiveram um decréscimo relativamente ao ano anterior».

O Dr. Raúl Martins, podia claramente explicar-nos o que é isto? Eu acho que não é preciso, mas pode explicar-nos o que é isto? Está aqui muito líquido, muito linear, muito transparente, no Relatório dos Serviços. E está também, eu não diria nas entrelinhas, mas é obrigatória a implícita conclusão de que isto se deve à não transferência por parte da Câmara Municipal das verbas (aqui aprovadas em Plano de Actividades e Orçamento), das verbas aqui ratificadas nos Planos Plurianuais de Investimentos dos Serviços Municipalizados. Em suma, o não cumprimento por parte da Câmara Municipal daquilo que aqui se comprometeu fazer. E recordo-vos: em 1998, aprovados aqui dois milhões e oitocentos mil euros, transferidos efectivamente seiscentos e cinquenta mil (22.9%). Em 1999, três milhões e duzentos mil euros aprovados aqui,

transferidos quatrocentos e trinta e cinco mil euros, transferidos efectivamente 13.4%. Em 2000, aprovados aqui seis milhões e duzentos mil euros, transferidos zero (em percentagem está fácil de ver que numero é). Em 2001, doze milhões, para dois milhões e trezentos mil euros transferidos (18.8 %), em 2002, onze milhões e quinhentos mil, para dois milhões cento e vinte mil (18.36%). Dirá o Senhor Presidente que nunca como neste ano de 2002 “tanto se transferiu para os Serviços”. Peço-lhe já, que não diga. Diga antes “que em 2001 se transferiu mais qualquer coisa, como 18.88%”. Peço-lhe Senhor Presidente, no entanto, que não venha mais uma vez com esse argumento. Não venha porque ele não é bom – é mau. E é tão mau, como o simples facto de constatar os termos obrigados a constatar, que é por causa disso Senhor Presidente que os Serviços não pagam a quem têm que pagar. É por causa disso Senhor Presidente?! É por causa disso que os serviços aumentaram a dívida da maneira que aumentaram; é por causa disso Senhor Presidente, que temos uma certificação de contas que é igual desde 1998 no último parágrafo ou capítulo, e diz, como já ontem aqui disse: «que a situação financeira dos Serviços é preocupante, uma vez que para tal têm contribuído o facto da Câmara Municipal de Aveiro apesar das transferências efectuadas no corrente exercício, não ter vindo a cumprir integralmente as disposições constantes no Orçamento». O Senhor Presidente dir-me-á que estamos mais uma vez na mesquinhas dos números. Que muito se construiu, que muito se avançou, que alguma coisa se fez de saneamento, que se compraram três autocarros, etc., etc. O que é certo, Senhor Presidente, é que é da inteira responsabilidade de quem gere as finanças da Câmara Municipal de Aveiro a situação alarmante, preocupante, e já hoje se calhar a “falência técnica” em que se encontram os Serviços Municipalizados de Aveiro.

E já agora, perguntava: do montante que o Senhor Presidente transferiu para os Serviços Municipalizados em 2002 – creio que dois milhões cento e dezanove mil euros, mais coisa menos coisa, que percentagem desse montante corresponde a verbas e receitas próprias da Câmara Municipal? Que percentagem desse montante corresponderá a verbas vindas de fundos comunitários – III Quadro Comunitário de Apoio, etc., etc.; alheias às receitas próprias da Câmara Municipal. É porque se aqui nos for dito, e exijo em nome desta bancada que nos seja dividido, subdividido, este número, se aqui nos for dito que a quase totalidade destas verbas vêm de fundos comunitários, então está aqui confirmado também por este caminho, aquilo que ontem dissemos: a gestão financeira da Câmara de Aveiro, tem sido ruínoza, porque das suas receitas próprias, nem um tostão! Por responsabilidade directa desta Câmara, não é só esta Câmara que tem mau nome na praça em termos de credores, por responsabilidade directa desta Câmara, são também os Serviços Municipalizados que têm mau nome na praça no que diz respeito aos credores. Por responsabilidade directa desta Câmara, são também os Serviços Municipalizados de Aveiro que passam pelas aflições, que são ameaçados – como eu sei que são, de acções em tribunal para recuperação de crédito. Pergunto-lhe, Senhor Presidente: qual será para 2003, aprovado que está há uns tempos atrás, o plano de actividades da Câmara para 2003 e anos seguintes; aprovado que foi, o plano plurianual de investimentos dos Serviços Municipalizados de Aveiro, qual será a sua especial preocupação para de entre todas, tentar solver este compromisso? Porque é um compromisso com a qualidade de vida dos cidadãos aveirenses. É um compromisso sobretudo com aquilo que de bom podemos e devemos querer para os cidadãos deste país. Porque se a Câmara por este caminho for, e não estou a ver hipótese de que a Câmara por este caminho não possa ir, mal estarão os Serviços, como mal já está a Câmara. É obrigatório que se emende a mão, é obrigatório que se procure de uma forma efectiva subsidiar, cumprir, honrar a palavra dada, honrar os compromissos assumidos a esta Assembleia e desta forma, honrar os compromissos que não são só compromissos

eleitorais, não são só compromissos com variáveis políticas que se assumem, por inerência dos cargos que se exerce, com os cidadãos desta cidade.

E à bancada do Partido Socialista, depois destes números, contestem-nos, digam que não são reais, digam que não são verdadeiros e assumam a vossa responsabilidade nesta situação, porque em outros anos souberam criticar quando muito menos se devia, quando muito menos se fazia, para que os Serviços estivessem na situação em que estão.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

“Sem prejuízo da homenagem e do reconhecimento que o Senhor Engenheiro Canas certamente irá ter nos Serviços Municipalizados e na Câmara (e se calhar noutras instâncias), não queria também de me deixar de associar ao cumprimento que todos efectuaram. Eu costumava dizer nos primeiros tempos que os Serviços Municipalizados eram a “Jóia da Coroa” dos nossos serviços municipais. E fizemos sempre um esforço por ir tentando acompanhar, alcançar o ritmo, a exigência, a qualidade e o nível de organização que de facto o Senhor Engenheiro conseguiu imprimir nos Serviços. Estamos quase a apanhá-lo e ele agora está de saída, mas queria também deixar aqui registado o meu muito apreço, o prazer que foi trabalhar com ele, o muito que aprendi, a forma sempre muito profissional e com excelentes resultados como soube estar à frente dos Serviços Municipalizados e todas as qualidades humanas, pessoais e profissionais, que pude nele testemunhar e que fizeram dele, certamente, um dos melhores administradores delegados dos Serviços Municipalizados. E fez dos Serviços Municipalizados nestes últimos anos, de facto, uma empresa de referência, não apenas na Câmara de Aveiro, mas no conjunto dos Serviços Municipalizados do país, onde o Senhor Engenheiro Canas é uma personalidade respeitada – por si mesmo e pelo excelente trabalho desenvolvido. Portanto, muito obrigado por tudo aquilo que fez para os Serviços Municipalizados e para a Câmara de Aveiro e para os municípios e para todos os aveirenses. Certamente teremos ocasião de renovar os merecidos parabéns.

Agora, quem não está de parabéns é aqui a nossa oposição! Porque é preciso... temos que saber ler os relatórios. Fazemos uns gráficos bonitos, mas depois também é preciso vermos as cores bonitas, algumas, que se vislumbram no relatório dos Serviços. E é também a minha função não lembrar só as coisas más. Eu não vou dizer que a situação financeira é famosa – é evidente que ela não é famosa, mas gostava de sublinhar aqui alguns dos elementos que me parecem muito positivos. E para vos dizer o seguinte: nós estamos, no que respeita à área do saneamento (nós, Aveiro), estamos a fazer um esforço, que é um esforço de geração, estamos a fazê-lo em quatro, cinco, seis anos.

Temos obras em curso neste momento de, talvez, quatro milhões de contos. E isto tem custos naturalmente. E quando – ainda por cima, estas obras são financiadas como toda a gente sabe com verbas que vêm do III Quadro Comunitário de Apoio, porque era uma oportunidade histórica que nós não podíamos desperdiçar, que demoram em média seis, sete meses, a chegar aos cofres do município – com as facturas já passadas. É evidente que isto causa desequilíbrios importantes na tesouraria, nos pagamentos a fornecedores, nos pagamentos a empreiteiros, etc. Mas eu, sinceramente, e o Senhor Engenheiro Canas que fica associado a este período áureo dos Serviços Municipalizados, prefiro ficar para a história (e nós todos julgo eu), como os executivos que tivemos a coragem de fazer, de dar esse passo, de completar a rede de saneamento em Aveiro que neste momento cobre hoje 85,4% da população. E que vai cobrir 98 vírgula tal por cento da

população quando concluirmos as obras que temos em curso — prefiro que a história registre isso. Ninguém se vai lembrar daqui a uns anos das dificuldades de tesouraria que tivemos e que são justamente lembradas aqui pelas bancadas da oposição. O que é importante não é isso! O que é importante é que estamos a completar a rede de saneamento do município de Aveiro. Ela chegou este ano a Eixo; concluiu-se em Eixo, Sarrazola, Vilarinho, Paço, Póvoa do Paço, Bonsucesso, Verdemilho, Nariz, Nossa Senhora de Fátima, Eirol, Requeixo, Mataduços — e falta-nos Oliveirinha. E são, senhores deputados, para quem ontem falava em obras de encher o olho, são quatro milhões, cinco milhões e tal de contos de obras que não enchem o olho. Que causam muitos transtornos e que devem ser postas ao lado de outras mais vistosas, mas que não devem ser esquecidas para só criticar aquelas que dão muito nas vistas. É a qualidade de vida de todos nós que está em curso e era isso que me apetecia hoje sublinhar com muita força.

Depois em relação aos transportes... bem, em relação à água não há muito mais a dizer, o sistema está completo na sua extensão, na sua rede. O esforço dos Serviços tem sido agora no sentido da melhoria da fiabilidade, da qualidade da água e da capacidade de manter o sistema aos melhores níveis de atendimento e de oferta. Como o Senhor Deputado Raúl Martins pessoalmente pôde testemunhar, estamos a entrar na nova geração, no controle telemático das captações em alta. Chegaremos, se as condições económicas o permitirem, ao controlo da rede de distribuição também em termos telemáticos, e portanto, poderemos detectar as fugas e as roturas sem que seja necessário um telefonema do Senhor Deputado Raúl Martins ou um do Eduardo Feio ou meu, como no outro dia fiz, quando vi aquilo que me parecia uma rotura e afinal não era. Portanto, estamos a dar todos os passos necessários para que a qualidade e o abastecimento de água às populações seja cada vez melhor e de grande qualidade.

Em relação aos transportes, para além dos investimentos que foram feitos e que já foram salientados também, com a aquisição não apenas de três, mas de sete autocarros novos — três autocarros a gás e quatro minis e da renovação da frota que tem sido feita. A questão que foi suscitada foi, e a preocupação seria grande e era nossa também, se de facto o número de passageiros tivesse diminuído. Mas se lermos os números com atenção vão verificar que um conjunto de medidas que tomámos no meio deste ano para reestruturar o sector dos transportes, produziu efeitos muito significativos. De facto os transportes públicos em Aveiro estavam a perder passageiros todos os meses e a partir de Junho — se lerem os quadros que estão na página 56, nós temos um aumento constante do número de passageiros transportados por mês. Tínhamos 123.000 em 2001, passámos para 123.816; em Agosto 85.734, passámos para 93.423; de 100.183, para 130.412; 201 para 203; 159 para 227; 128 para 165. Ou seja, o número de passageiros transportados por mês, a partir do momento em que as medidas foram concretizadas aumentou sempre e, portanto, esse número, esse resultado global que aparece — aparece, porque de facto os primeiros meses do ano foram de facto muito maus e estávamos a perder passageiros todos os meses. A tendência é claramente favorável e confirma-se totalmente — no primeiro trimestre deste ano, onde nós temos já um aumento de 1,5% dos passageiros transportados em relação ao primeiro trimestre do ano passado. E isto é tão mais significativo, quando pelo país fora há uma diminuição do número de passageiros nos transportes públicos — que é um factor de facto preocupante em termos do que está a acontecer no país e ainda mais sensível e significativo se tivermos em conta que essas medidas conseguiram também reduzir 30% o número de quilómetros percorridos. Ou seja, nós poupámos 30% de quilómetros percorridos, poupámos sensivelmente 30% de combustíveis, de lubrificantes, etc., e aumentámos o número de passageiros. E portanto, os indicadores são muito favoráveis e temos a esperança que

com as outras medidas que estão previstas, com as novas carreiras e linhas, que vão ser postas em práticas e com as medidas que o Senhor Vereador Eduardo Feio tem vindo a desenvolver, que ainda mais passageiros procurem os transportes públicos.

Portanto, eu diria que desde há muitos anos a esta parte, conseguimos inverter uma tendência que era preocupante, e espero que a tendência se mantenha, a tendência de um aumento constante da procura de passageiros.

Quanto aos resultados líquidos do exercício; é que realmente se lermos aquilo que nos interessa a situação parece que piorou. Mas se eu ler aquilo que me interessa a situação melhorou (e com os mesmos números)! Aliás, o Senhor Engenheiro Canas no Relatório diz isso mesmo, mas a oposição esquece. Porque se nós retirarmos do ano 2001 o resultado extraordinário de 763 mil euros, correspondente ao perdão da dívida do ex-Fundo de Equilíbrio dos Transportes Terrestres; se nós retirarmos do ano 2001 esse resultado extraordinário, o resultado líquido negativo do ano 2001 já daria 1 milhão 179 mil euros, contra um resultado negativo deste ano, mais favorável, de 1 milhão 454 mil euros.

Portanto, façam-me a justiça de ler os números até ao fim e de não deixar na sombra aquilo que lá está para toda a gente ler. A evolução foi favorável e ainda mais favorável se tivermos em conta, mas aí contabilisticamente tem que lá estar, mas é um exercício interessante, se na parte dos custos operacionais, nós tivermos em conta que teve que se contabilizar um aumento contabilístico de 400 mil euros, por força das amortizações do imobilizado, porque o imobilizado aumentou muito. E portanto, quer do lado dos custos operacionais, quer do lado das receitas extraordinárias, há dois factores que permitem perceber bem como a situação líquida melhorou e é favorável. E é, digamos, que é uma boa prenda que o Senhor Engenheiro Canas nos deixa se sair dos Serviços Municipalizados, no momento em que aparentemente a contabilidade dá maus números. Mas tudo lido com mais atenção, a evolução é de facto favorável.

E quanto a transferências, Senhor Deputado Diogo Machado – não fui eu que falei no ano de 97, porque eu ontem só quis lembrar que realmente a Câmara transferiu em 2002 quase três milhões de euros (2.961.000€); se transferiu em 2001 como o Senhor Deputado bem disse «um bocadinho mais ainda», 3.361.000€; e sabe quanto é que transferiu em 1997, Senhor Deputado Diogo Machado? Sabe? Quer que eu diga alto? 300.000 Euros! Sessenta e dois mil contos!? E quer que eu diga quanto é que transferiu no ano seguinte (para salvar a honra ali do Raúl Martins que disse e bem que íamos aumentar e aumentámos logo)? Em 1998, aumentámos logo os sessenta e dois mil contos que tinham sido transferidos em 1997, foi sempre a aumentar! (com algumas oscilações). Bem, mas isto não interessa muito.

De facto, o que eu queria sublinhar... (ouvem-se vozes de discordância) não interessa muito, mas em 1997 foram transferidos por parte da Câmara sessenta e dois mil contos; em 1998 duplicámos – 131 mil contos. Em 2000? Em 2000 transferimos 494 mil; é o que eu tenho aqui nos números da Câmara. Mas isso não é muito relevante! O que é relevante é que nós fomos sempre aumentando e eu não queria estar a falar em 1997, porque não fui eu que falei. Mas já que evocou, como se a Câmara tivesse transferido pouco, nunca se fez um esforço tão grande. É só isso que eu queria sublinhar. Porque é verdade! Nunca se fez um esforço tão grande, para transferir verbas para o investimento e para a exploração dos Serviços. E depois deixe-me dizer também o seguinte: pôs a questão de saber (como se tivesse sido feito algum pecado extraordinário), de onde é que veio esse dinheiro; «Diga lá Senhor Presidente?!» foi a forma como pôs a questão! De onde é que veio esse dinheiro? Mas todos nós sabemos, porque estava previsto no Orçamento 2002 de onde é que vinha esse dinheiro! Está lá escrito: «Receitas Extraordinárias – III Quadro Comunitário de Apoio para saneamento». Está lá! Enfim,

não sei se queria descobrir alguma coisa que já estava descoberta... mas está lá exactamente! (ouvem-se vozes de discordância) E eu nunca disse o contrário...

Portanto, isto só para concluir, a situação financeira não é fácil, mas vale a pena correr o risco e agarrar a oportunidade de deixarmos todo o Município de Aveiro com a rede de saneamento instalada. E neste momento estamos a ter custos, que ainda não são compensados pelas receitas, porque temos mais capacidade instalada do que aquelas receitas que podemos cobrar; porque, por exemplo, há troços da rede que ainda não estão conectados entre si, mas já estão construídos, já implicaram despesas e já implicam custos e ainda não temos a correspondente receita porque as casas ainda não estão ligadas. E portanto, logo que o sistema estiver todo ligado e tudo a funcionar, nós temos condições para que o sistema seja equilibrado. Como dizia alguém há pouco, se retirarmos os transportes, o sistema água e saneamento fica de facto equilibrado. E portanto, a situação é neste contexto que deve ser colocada. Temos que ser corajosos, ousados e determinados e não desalentar, porque é uma oportunidade histórica que não podíamos desperdiçar e Aveiro não quis desperdiçar os Fundos Europeus que estavam disponíveis, em prejuízo de outras obras com mais “vistaça” que poderíamos ter decidido fazer. Preferimos de facto levar até ao fim o saneamento.”

Membros da Assembleia:

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

Membros da Assembleia:

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

c

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 3 da ordem do dia, Serviços Municipalizados – Relatório de Gestão e Contas do ano 2002, sendo o mesmo aprovado por maioria de trinta e dois votos a favor (PS18+PSD8+PP5+IND1) e uma abstenção (PS1).

Nos termos do n.º 1 do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiu-se a declaração de voto do vogal:

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

“Em nome da bancada do CDS/Partido Popular, apenas para dizer que votámos a favor deste Relatório de Gestão e Contas dos Serviços Municipalizados, referente ao ano de 2002, procurando desta forma homenagear, distinguir, recompensar e publicamente sublinhar o esforço hercúleo desempenhado pela Direcção dos Serviços na prossecução de objectivos políticos e estratégicos, sem que para essa prossecução lhe tivessem sido outorgados os meios suficientes para o fazer, nomeadamente, por parte da Câmara Municipal de Aveiro.”

PONTO 4. – ALIENAÇÃO DE TERRENO NA ZONA INDUSTRIAL DE TABOEIRA.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 10/04/2003, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez uma breve apresentação do assunto em epígrafe, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Membros da Assembleia:

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Joaquim Abreu (CDS/PP)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara – para os esclarecimentos atinentes.

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 4 da ordem do dia, Alienação de terreno na Zona Industrial de Taboeira, sendo o mesmo aprovado por maioria de trinta e dois votos a favor (PS19+PSD8+PP4+IND1) e um voto contra (PP1).

Não houve declarações de voto.

PONTO 5. – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CONSELHO LOCAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AVEIRO.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 13/02/2003, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

O Presidente da Câmara cedeu a palavra ao Vereador Manuel Rodrigues, a fim de fazer uma breve apresentação do assunto em epígrafe, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Membros da Assembleia:

Vogal Álvaro do Bem (PS)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

Vereador Manuel Rodrigues

Membros da Assembleia:

Presidente da Mesa

“Bem, dá para entender. Eu percebi a preocupação para não ser um órgão muito grande! Bem, mas logo a seguir alarga-se para mais representantes? Tudo bem... e encurta-se em termos de representantes das instituições docentes e encurta-se em termos dos representantes das autarquias, das freguesias – o que é discutível! Aliás, pessoalmente, devo dizer que sem desprimor para essa consideração que foi feita de “ser muita gente”; bem, isso é o argumento que se usa para afastar os pequenos países da

direcção da União Europeia: Tanto funciona com vinte, como com trinta, como quarenta, é uma questão de regimento e disciplina — mas isso não vem ao caso.

Agora, o que me parece é que isto começa a ser muita fruta para estarmos agora aqui atabalhoadamente a fazer esse debate, sob pena de termos que marcar outra reunião. E como se calhar nenhum deputado quer assumir estas propostas da Câmara, se calhar não quer... (da Câmara não, propostas verbais do Vereador). O que temos aqui são propostas orais de quem não tem legitimidade para o fazer sem reunir o colectivo da Câmara.

Portanto eu perguntava ao Presidente da Câmara, se vê objecção, se fica melindrado, que isto seja retirado da agenda, baixe novamente à Câmara, e venha reconstruído.”

Presidente da Câmara

“Senhor Presidente, parece-me o melhor procedimento neste momento. Estou de acordo com isso, acho que o melhor processo neste momento é retirar a proposta.”

Presidente da Mesa

“A alternativa de uma Comissão percebi que não tinha aceitação, não é!?”

Daí que, consensualmente, se não houver objecções, a Assembleia Municipal delibera retirar este ponto da agenda.”

Foi retirado da ordem do dia o ponto n.º 5 – Alteração ao regulamento do Conselho Local de Educação do Município de Aveiro, para reapreciação.

Continuando o Presidente da Mesa deu nota da voto de louvor entretanto apresentado pela bancada do CDS/PP, do seguinte teor:

«Voto de Louvor – A Assembleia Municipal de Aveiro delibera louvar o Senhor Engenheiro António Heleno Martins Canas, pelos relevantes serviços, prestados com dedicação, organização, competência, zelo e esforço, como Director Delegado, desde 1991, dos Serviços Municipalizados de Aveiro.»

Colocado à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Seguidamente, o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Depois de lida foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Não havendo nada mais a tratar, o Presidente da Mesa deu por concluída esta Sessão Ordinária de Abril.

Eram 00:30 horas do dia 15 de Maio de 2003.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)